

## EXÉRCITO E ESTADO NO BRASIL IMPERIAL (\*)

Marco Aurélio Nogueira

“Não é verdade que o exército, segundo as Constituições, jamais deve fazer política; o exército deveria exatamente defender a Constituição, a forma legal do Estado e as instituições conexas; por isso, a chamada neutralidade significa apenas apoio à parte mais retrógrada”.

“A influência do elemento militar na vida estatal não significa apenas influência e peso do elemento técnico-militar, mas influência e peso da camada social fundamental de origem do elemento técnico-militar (especialmente os oficiais subalternos)”.

(Antonio Gramsci, *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*, Rio, 1968, pp. 57 e 59).

### I. *A Formação do Estado Nacional e o Exército*

1. É possível, para efeito de exposição, subdividir a história da formação do Estado Nacional, no Brasil do século XIX, em duas fases: uma, que se estenderia de 1808 a 1850, e outra compreendendo o período que se inicia em 1850.

Na primeira delas, os fatos desenvolvem-se no sentido da consolidação do Estado Nacional, emergente das *lutas* pela Independência (pois esta não foi um processo pacífico, nem um “desquite amigável”), e do poder dos grandes proprietários rurais. O Primeiro Reinado — e mesmo todo o período anterior, a partir de 1808, quando se inicia a fase aguda da luta pela emancipação — carac-

---

(\*) As notas que se seguem, redigidas originalmente em 1975, faziam parte de um amplo projeto de investigação do pensamento político militar na história republicana brasileira, com ênfase principalmente na influência exercida pelo positivismo na consolidação de certos traços específicos deste pensamento. O projeto não pôde ter continuidade; daí o interesse em publicar, com ligeiras correções, estas notas, que constituem apenas uma tentativa de ordenar certos elementos e de formular algumas hipóteses para aquela investigação. Elas têm, por isso, caráter sintético e esquemático. Nada mais são, na verdade, do que *anotações*.

teriza-se, ao nível imediatamente político, pela atuação de três tendências principais (“radicais”, “liberais-conservadores” e “moderados”), que representam os grupos sociais politicamente mais dinâmicos da época (grandes proprietários rurais, grupos mercantis urbanos e camadas livres não proprietárias). Em conflito permanente, mesmo quando aliadas, estas tendências enfrentam-se pelo controle do poder e pela moldagem do aparelho estatal emergente. Este enfrentamento, no entanto, resolve-se (e isso mostra-se como uma constante no processo histórico brasileiro) sempre por uma *conciliação*.

Assim, já a própria Independência encerra em si o “espírito da conciliação”: os “radicais” de primeira hora, republicanos e inclusive anti-abolicionistas, são levados a transigir com os elementos conservadores (para os quais era inadmissível qualquer alteração estrutural mais profunda) — numa coalisão da qual não estariam ausentes nem mesmo certos setores “portugueses”. As novas condições econômicas introduzidas com a abertura dos portos e a transferência da corte, como não poderia deixar de ser, favoreceriam a unidade (frágil e contraditória, é verdade) de todos pela emancipação, principalmente quando se agiganta o fantasma do retrocesso recolonizador, após a conversão da colônia em Reino. Nesse momento, a “aliança nacional” fortalece-se, abarcando radicais, conservadores e liberais. O “Fico” é um bom exemplo disso. Nos desdobramentos, a moderação conciliatória predominaria.

Esta “aliança nacional”, entretanto, mal encobria os antagonismos entre seus componentes. No importante estudo que dedicou à consciência conservadora no Brasil, Paulo Mercadante bem apreciou esta situação. Para ele, a “aliança” tinha por detrás de si dois grupos característicos: de um lado, estavam aqueles que visavam levar a emancipação “até o fim”, com a mudança das relações internas de produção e com o fortalecimento das conquistas anteriores; este grupo congregava “radicais de todos os matizes, ferventes partidários do enciclopedismo”. Do outro lado, estavam os “revolucionários pela metade”, que lutavam “apenas pela consolidação das novas relações externas de produção, advindas do derrocamento do pacto colonial” e, mais do que isso, “se apegavam apenas ao liberalismo econômico, bafejado pelos ares de um constitucionalismo engenhoso que pudesse aceitar a estrutura econômica escravista”. Entre os primeiros, incluíam-se setores dos grupos mercantis urbanos e membros das camadas livres não proprietárias (inclusive parcela dos militares); entre os segundos, os grandes proprietários rurais, que logo emergem como a força hegemônica do processo, buscando encarnar o compromisso entre o liberalismo econômico nas relações externas e a escravatura.

O prevalecimento da forma monárquica, da liderança do príncipe e da escaivado já anunciam a vitória da moderação, o debilitamento e o encaminhamento dos radicais para o centro. A Independência não deixa de ser uma solução limitada e até mesmo conservadora. Com isso, torna-se aceitável a gregos e troianos: às áreas “portuguesas” indecisas, à diplomacia britânica, aos senhores rurais e, se bem que em menor grau, aos radicais. Mantinha-se uma certa dualidade conciliatória, que se não agradava plenamente, também não seria plenamente insatisfatória: novas relações externas ao lado das mesmas velhas relações internas. Como afirma Mercadante:

“Todos acabariam acordando com a forma de arranjo político, pelo qual se operaria o movimento e do mesmo modo conformados com a ausência de participação popular. O povo fôra advertido, mesmo antes do glorioso sucesso, pelo episódio de 21 de abril, de que a sua atuação nos acontecimentos importantes sempre poderia proporcionar um doloroso saldo de tragédia”.<sup>1</sup>

O Primeiro Reinado ainda conseguiria ver mantida a “aliança nacional”, apesar do crescimento do “germe subversivo” radical que tantos cuidados exigiria dos campeões da moderação (José Bonifácio é talvez o principal deles). A “reação portuguesa” alimenta e unifica a oposição “nacionalista”, que busca acima de tudo consolidar a emancipação. Novamente a recolonização é o fantasma que assusta e une os espíritos. O Imperador perde, a pouco e pouco, a confiança das forças políticas nacionais, que se radicalizam até levar à crise de 1831. A Abdicação representa o fechamento de um ciclo: os grandes proprietários — que juntamente com os radicais formaram na oposição — vão, ao assumir o poder, afastar seus aliados anteriores e lutar pela consolidação de sua hegemonia. O “povo unido” que fizera a Independência revela sua verdadeira face. A “oposição nacionalista” do Primeiro Reinado vê, em 1831, suas facções internas explodirem em antagonismos. Aos senhores de terra interessa colocar um ponto final à revolta; aos radicais, a revolta frustrada estimula a continuidade das pressões, que se vão fazer sentir principalmente a nível regional. No dizer de Paulo Mercadante:

“Consumado, realmente, o afastamento do príncipe suspeito, os exaltados que planejaram e executaram o movimento foram lançados fora no dia seguinte como inimigos da sociedade, e os mais ardentes revolucionários tiveram que voltar a toda pressão a máquina para trás, para impedi-la de precipitar-se com a velocidade adquirida. Liderados por Evaristo da Veiga, esses revolucionários passaram, assim, de um momento para o outro, a conservadores, quase a reacionários. Foi este o papel do jornalista, sustentando, a todo transe, a monarquia constitucional contra os seus aliados da véspera”.<sup>2</sup>

Era necessário, portanto, “parar o carro revolucionário”, evitar o jacobinismo “de qualquer cor que ele seja”, como diziam os ideólogos da época. A palavra de ordem conservadora passaria a ser, na famosa expressão de Evaristo: “faça-se tudo quanto é preciso, mas evite-se a revolução”. O radicalismo liberal, entretanto, apesar de limitado, ainda permaneceria vivo.

(1) Paulo Mercadante, *A Consciência Conservadora no Brasil*, Saga, 1965, pp. 69-70. As citações anteriores são do capítulo 3 deste livro. Ver também Emília Viotti da Costa, *Da Monarquia à República*, São Paulo, Grijalbo, 1977, principalmente em seus três primeiros capítulos. Sobre a emancipação e os acontecimentos até 1850, há um livro fundamental: *As razões da Independência*, de Nelson Werneck Sodré (Segunda edição. Rio, Civilização Brasileira, 1969.) Deve-se mencionar também, principalmente pelo seu caráter documental, os cinco volumes de José Honório Rodrigues, *Independência: Revolução e contra-Revolução*, Rio, Francisco Alves, 1975.

(2) Paulo Mercadante, *ob. cit.*, p. 116. Nesta passagem, Mercadante apoia-se em *Um Estadista do Império*, de Joaquim Nabuco.

2. Em linhas gerais, 1831 significa, por um lado, a superação de uma etapa no processo de consolidação do Estado Nacional; por outro lado, significa também o início do período de revoltas que refletem e aprofundam as divergências internas na “aliança”. Como diz José Honório Rodrigues: “Com a Regência, quando pela primeira vez se estabeleceu um governo Nacional libertado das facções portuguesas que até então comandavam o país, um choque profundo se estabeleceu entre as aspirações populares e a defesa do *statu quo* pela minoria” É um período em que, “acenando com as reformas, sempre concedidas no mínimo, evitava-se ou pensava-se evitar a Revolução”, o que não chega a acontecer, pois “todo o país é sacudido por crises, desordens e agitações violentas”.<sup>3</sup>

Essas revoltas devem ser compreendidas, no contexto brasileiro de então, a partir da especificidade econômica e política das províncias; como manifestações de tentativas de aprofundar a independência, em oposição aos interesses dominantes; como manifestações “nativistas” e, num outro sentido, “federalistas” (não é acidental que tenham eclodido a partir das discussões e da aprovação do Ato Adicional de 1834, onde se buscava redefinir o centralismo). Nessas revoltas, as camadas livres não proprietárias (“camadas médias”) têm participação efetiva. No entanto, sua heterogeneidade e a grande disparidade dos interesses que nelas coexistem, ao lado da debilidade intrínseca à sua formação recente, impediram que sua atuação fôsse conseqüente e eficaz. Além disso, “devemos nos lembrar que a economia nacional, e com ela a nossa organização social, assente como estava numa larga base escravista, não comportava naturalmente uma estrutura política democrática e popular”.<sup>4</sup>

Os democratas “radicais” têm atuação fundamentalmente retórica; isso não significa que deixem de atuar politicamente, mas ajuda a encobrir o fato de que suas aspirações são confusas e suas ações assumem um caráter político vago e inconseqüente. Como não poderia deixar de ser, ideologicamente orientavam-se pelos postulados liberais europeus (principalmente os do enciclopedismo oitocentista). Suas formulações — como lembra Nelson Werneck Sodré — “são calcadas em pensamento político transplantado e decorrem da confiança na força normativa da inteligência mais do que do conhecimento, ou particularmente, da adaptação das idéias à realidade. Nesse sentido, o radicalismo de suas posições serviu às componentes mais retrógradas, permitindo-lhes, pela evidência da agitação, articular repressões e atrasar reformas”.<sup>5</sup> Como expressão particular de um certo radicalismo pequeno-burguês, muitas de suas ações, por bus-

---

(3) José Honório Rodrigues, *Conciliação e Reforma no Brasil*, Rio, Civilização Brasileira, 1965, pp. 42-43.

(4) Caio Prado Júnior, *Evolução Política do Brasil*. Sexta edição. São Paulo, Brasiliense, 1969, p. 61.

(5) Nelson Werneck Sodré, *Síntese de História da Cultura Brasileira*, Rio, Civilização Brasileira, 1970, p. 36. Sobre o problema da transplantação ver, do mesmo autor, *História da Literatura Brasileira* (Sexta edição, Rio, Civilização Brasileira, 1976, cap. 13), onde se mostra como o “transplante”, além de imposto pela realidade colonial, não implicava necessariamente artificialidade das idéias ou instituições. A justa medida era dada, como sempre, pelo caráter e alcance daquilo que se “transplantava”.

carem alterações que a realidade não comportava, por carência de compreensão das condições objetivas do país, não passaram de estéril provocação. Werneck Sodré observou o fato com muita agudeza: “o radicalismo da esquerda liberal, assim, (...) provocava o movimento contrário, unindo-se as forças da classe que, dividida em seus interesses, vinha permitindo a existência tormentosa dos pronunciamentos liberais”.<sup>6</sup> Ao buscar um avanço extremado, provocava de fato um retrocesso, que logo seria institucionalizado.

Por isso, o episódio da Abdicação significa também o início do processo que levaria ao “Retorno” (inaugurado por Bernardo Pereira de Vasconcelos em 1836), à reação conservadora liderada pelos grandes proprietários rurais. Suas primeiras manifestações revelam, por um lado, a preocupação de conter a “anarquia”, de “parar o carro revolucionário”; e, por outro lado, de neutralizar o exército, em vista do desenvolvimento das idéias radicais no seio da tropa. Assim, ao mesmo tempo em que os principais representantes conservadores tinham buscado o fundamental apoio militar para o golpe da abdicação – referindo-se, por exemplo, logo na proclamação de 8 de abril, à “coragem invencível do Exército brasileiro, que desmentiu os sonhos insensatos de tirania” – esses mesmos conservadores, em seguida, “tratavam de prevenir-se contra ele na hora em que chegavam ao poder”.<sup>7</sup>

3. Nesse contexto, pode-se compreender, em primeiro lugar, a formação, logo após o 7 de abril, do chamado *Batalhão Sagrado*, “generais, coronéis, maiores, tenentes que se unem sob o comando de Lima e Silva para enfrentar a rebelião que se generalizava e assegurar a ordem pública”.<sup>8</sup> Note-se que, como a tropa participava ativamente desta rebelião, o “Batalhão” é o germe de uma organização paralela, anti-exército.

Nesse mesmo sentido, surge a *Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional*, que visava enfrentar ao mesmo tempo a “reação portuguesa” e o radicalismo liberal. Entre seus objetivos está a idéia da “criação de organização da Guarda Nacional, recrutada entre cidadãos de importância e que deverá funcionar como tampão político e contrapeso às tropas regulares, cuja duvidosa fidelidade estava sendo demonstrada pela atitude que não raro assumiam de solidariedade com o povo revoltado”.<sup>9</sup>

A 18 de agosto de 1831, depois de ter a Regência, a 4 de maio, reorganizado o exército, reduzindo seus efetivos, surge a lei criadora da *Guarda Nacional*,

(6) Nelson Werneck Sodré, *As Razões da Independência*, *ob.cit.*, p. 248.

(7) Samuel Guimarães da Costa, *Formação Democrática do Exército Brasileiro*, Rio, Biblioteca do Exército, 1957, p. 158. A radicalização dos militares nesse período deve ser compreendida como resultado da composição social da tropa e como manifestação da especificidade do Exército, onde “o problema era hierárquico, pois os comandos eram lusos, havendo o choque entre estes e os subordinados”. Nelson Werneck Sodré, *História Militar do Brasil*, Segunda edição, Rio, Civilização Brasileira, 1968, p. 95.

(8) Samuel Guimarães da Costa, *ob. cit.*, p. 192.

(9) citado por Samuel Guimarães da Costa, *ob. cit.*, p. 194.

que extingue as antigas organizações (Ordenanças e Milícias) e substitui as Guardas Municipais. O novo organismo é apresentado como força auxiliar do Exército, tendo por fim “defender a Constituição, a liberdade, a independência e a integridade da Nação”.<sup>10</sup>

Em 1835, Feijó é eleito regente do Império, tomando posse em outubro. Durante 1836 e 1837, acentua-se a formação de uma corrente parlamentar que representava o espírito das classes dominantes (qual seja, o de não tocar na instituição servil) e que passaria a defender uma nova interpretação do Ato Adicional de 1834, que instituiu, de forma conciliatória, uma moderada descentralização, uma relativa autonomia das províncias. A reação conservadora começava a se firmar no poder. “Com ou sem partido conservador” — afirma José Honório Rodrigues — “a reação conservadora se inicia logo em 1831, embora só venha ao poder em 1836, pois o Poder pertencia aos latifundiários, para os quais o político liberal moderado ou conservador monarquista pouco importava; o que importava era a conservação da ordem e a destruição dos exaltados”.<sup>11</sup>

O projeto de interpretação do Ato Adicional visava fortalecer novamente o governo central; com isso, anulava o próprio Ato e enfraquecia eventuais projetos abolicionistas (passíveis de maior estímulo com a autonomia provincial). Em 1841, pouco após o golpe da Maioridade, uma rígida centralização volta a vigorar, garantindo aos grandes proprietários o controle sobre o país e sobre a escravidão. Se é verdade que elementos novos surgem em cena (o melhor exemplo talvez seja a emergência da lavoura cafeeira no centro-sul), verdadeiro também é o fato de que este *novo* se mostra transigindo com o *velho*, pagando-lhe alto tributo. O desenvolvimento — e isto tornar-se-ia cada vez mais uma constante na história brasileira — se fazia a duras penas, lentamente, concedendo largo espaço ao atraso, à herança colonial; ao nível imediatamente político, tudo se processava “pelo alto”, conciliatoriamente, com total exclusão das que eram na época as camadas subalternas. E até o próprio “jacobinismo” de setores dessas camadas acaba por dobrar-se ao jogo da conciliação, revelando assim suas limitações. As classes dominantes (e às vezes não só elas) defendiam o desenvolvimento gradual, reformando para conservar.

A década de 1840 ainda apreciava o radicalismo manifestar-se de forma revolucionária em diferentes regiões do país (Minas e São Paulo, 1842; a Farroupilha gaúcha, que se estende até 1845; a Praieira de Pernambuco, entre 1848 e 1850). Eram os estertores. Aí também o espírito conciliador se faria sentir, desnudando os limites do “jacobinismo” nacional. Como afirma Paulo Mercadante, “não obstante o ímpeto, o radicalismo seria sofreado pela face semifeu-

(10) A organização da Guarda Nacional está em Nelson Werneck Sodré, *História Militar do Brasil*, *ob. cit.*, p. 116-135. Numa outra perspectiva, ver também “A Organização do Exército Brasileiro”, in Sérgio Buarque de Holanda, org., *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo II, 1º volume, pp. 265-277 (Segunda edição. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1965). Nos cinco volumes desta coleção dedicados ao “Brasil Monárquico” encontram-se diversos capítulos pertinentes aos temas tratados nas presentes “notas”.

(11) José Honório Rodrigues, *ob. cit.*, p. 47.

dal do domínio. Debilitar-se-ia de ano a ano, de episódio a episódio, até tornar-se mera bandeira de agitação, quer dos radicais sinceros quer do oportunismo de centro quando apeado do poder".<sup>12</sup>

Assim, em 1849, a Monarquia e a unidade nacional estão consolidadas, e o poder dos grandes proprietários rurais mantido, com a conservação do trabalho escravo. O radicalismo definhava com a derrota da Praieira.<sup>13</sup> Paradoxalmente, a abolição do tráfico e mesmo a tarifa Alves Branco de 1844 dinamizam a economia nacional e começam a criar condições para que se ameace (por exemplo com o gradativo fortalecimento dos grupos que se aburguesam) o exclusivismo da dominação senhorial. Os senhores rurais terão que se adaptar às novas condições que então aparecem (incremento comercial, novas comunicações, incipiente industrialização etc.). Paralelamente, dá-se a necessária redefinição da conciliação entre o novo e o velho, a reafirmação da ausência de ruptura radical com a herança colonial.<sup>14</sup>

4. Vê-se, portanto, que o processo de formação do Estado Nacional inicia-se nos desdobramentos contraditórios da Independência. O aparelho repressivo que se forma reflete, como não poderia deixar de ser, os interesses dos grupos dominantes que, para a conservação da ordem e do poder, organizam seus próprios instrumentos de defesa. A Guarda Nacional é o principal deles. O papel do Exército enquanto instituição *autônoma e nacional* é secundário. Colocado à margem do Estado, o Exército será acionado apenas para tarefas específicas em momentos particulares. "Outra diferença entre o Exército e a Guarda Nacional" — afirma Werneck Sodré — "estava na missão específica de cada uma dessas organizações: o primeiro se destinava particularmente às operações contra inimigos externos, quando a Guarda Nacional aparecia às operações contra inimigos internos, quando o Exército aparecia como complemento ou reforço; a segunda se destinava particularmente às operações contra inimigos internos, quando o Exército aparecia como complemento ou reforço. Assim, o Estado confiava muito mais na Guarda Nacional do que no Exército para a repressão interna".<sup>15</sup>

---

(12) Paulo Mercadante, *ob. cit.*, p. 141.

(13) Com termos talvez pouco precisos, mas com exata apreciação, afirma Caio Prado Júnior: "Esmagada a revolução, subjugada a onda democrática, a grande burguesia nacional entra no gozo indisputado do poder". (*ob. cit.*, p. 78).

(14) Não por acaso, à conciliação objetiva no plano material correspondeu uma "política da Conciliação", liderada pelo Marquês de Paraná na década de 1850, e que também colaborou para arrefecer os ânimos radicais. Esta política prevaleceria, com pequenas alterações, até o final da Monarquia, marcando o período por uma total diluição dos princípios partidários. É conhecida, por exemplo, a glosa segundo a qual "não havia nada mais parecido com um conservador do que um liberal no poder" etc. Sobre isto, ver Mercadante, *ob. cit.*, capítulo 9, e José Honório Rodrigues, *ob. cit.*, pp. 50 e ss.

(15) Nelson Werneck Sodré, *História Militar do Brasil*, *ob. cit.*, p. 127.

Ao que acrescenta um outro historiador: a Guarda Nacional “será durante todo o Império um exército mais ou menos civil e político ao lado do exército brasileiro”<sup>16</sup> Para os militares, Feijó passaria a ser “o destruidor da força armada do país, cujos destroços entregou aos presidentes de Província para fazerem seus agentes eleitorais”.<sup>17</sup>

Não se deve esquecer, além disso, que, “para o Império, tratava-se em primeira urgência de organizar a Marinha, pois as ligações com as províncias se faziam por via marítima, e o problema essencial era levar o exercício da autoridade central a todo o território, na fase crítica que a mudança de situação política abria e que se prolongaria por toda a primeira metade do século XIX”.<sup>18</sup> Isto, sem dúvida, contribuiu ainda mais para acentuar a relativa insignificância do Exército no período, deixando marcas profundas na experiência militar brasileira. Por fim, não se pode menosprezar os efeitos da dependência em que as forças armadas (é claro que não apenas elas) viviam com relação ao estrangeiro (compra de armamentos, mercenários etc.). Com o aprofundamento dessa situação, as forças armadas passam “a copiar os modelos externos, nos costumes, na disciplina, no fardamento”<sup>19</sup> e também, até certo ponto, tornam-se mais abertas à penetração de ideologias européias.

Quais as conseqüências, para o Exército enquanto *instituição especializada e orgânica*, desta sua posição durante boa parte do Império? Não parece difícil admitir que essa posição contribuiu, a partir de 1870, para aproximar parte dos militares dos adversários da Monarquia, dos partidários da República. No entanto, a infiltração republicana no Exército, bem como a aparição decisiva deste na arena política do final da Monarquia, não podem ser compreendidas sem a análise das condições mais gerais que as permitiram. Estes são problemas, aliás, que ainda estão por merecer maior e mais cuidadosa atenção da historiografia brasileira. Aqui, obviamente, não poderemos senão arrolar alguns elementos teóricos a respeito do fato de que o fortalecimento do Exército na segunda metade do século XIX advem da própria evolução interna da instituição, de sua experiência histórica e das transformações que se operam na sociedade brasileira.

---

(16) Samuel Guimarães da Costa, *ob. cit.*, p. 194.

(17) Alm. Henrique Boitex, *Santa Catarina no Exército*, Apud Samuel Guimarães da Costa, *ob. cit.*, p. 194.

(18) Nelson Werneck Sodré, *História Militar do Brasil*, *ob. cit.*, p. 92.

(19) *Idem*, p. 134.

## II. O Fortalecimento do Exército e a República (\*)

5. A evolução interna do Exército, no decorrer da segunda metade do século passado, dá-se em íntima conexão com a expansão do modo de produção capitalista no Brasil e, também, com as conseqüências da Guerra do Paraguai. A guerra e o desenvolvimento do capitalismo não atingem separadamente o Exército: ao contrário, são fenômenos que se confundem e interagem reciprocamente. Essa interação e a evolução interna do Exército, por sua vez, definem o novo papel político da instituição.

Os efeitos da guerra de 1864-1870 sobre a sociedade brasileira foram já salientados por diversos historiadores. No que se refere ao Exército, pode-se assinalar, em primeiro lugar, que a guerra deu destaque à instituição e ao elemento militar, projetando-os socialmente. Ao mesmo tempo, criou condições para uma “evolução orgânica” da instituição, isto é, o Exército passou a auto-identificar-se como um organismo forte e coeso, ordenado e com “espírito de conservação” (*corporação*). Começou a atuar, e os militares passaram a agir e a pensar, em função destes elementos. José Maria Bello, a esse respeito, observa com justiça que o “Exército ocupava, de certa maneira, na hierarquia da sociedade imperial, situação de segunda ordem. As preferências iriam antes para a Marinha, de coloração mais aristocrática. Esquecida a tradição, um tanto turbulenta, do Primeiro Reinado, ele se resignara às contingências da sua vida em segundo plano; a guerra do Paraguai deu-lhe consciência da própria força”.<sup>20</sup>

Em segundo lugar, a guerra aproximou de forma mais direta o *Exército* do *Estado*, na medida em que o primeiro passou a atuar, efetivamente, como braço armado do segundo. Isto, somado à decadência da Guarda Nacional desde a consolidação do regime monárquico, fez com que o Exército passasse a ocupar lugar privilegiado e decisivo na sociedade, como *instrumento do Estado* e, ao mesmo tempo, como seu principal *sustentáculo*.

Além disso, “o contato com o Uruguai e principalmente com a Argentina, que superara a fase do caudilhismo, pesou, com certeza, no reavivamento do ideal republicano em hibernação desde o período regencial. Aparece no cenário político brasileiro o elemento militar até então submisso a D. Pedro e ao seu estado-maior de políticos no sentido de não terem acesso aos quadros político-ad-

---

(\*) Pretendo, nesta parte, apenas levantar alguns elementos para a compreensão da emergência do Exército como força política, principalmente a partir de 1870. Não entrei, por isso e pelos limites das presentes notas, em pormenores a respeito das transformações econômico-sociais que ocorrem na sociedade brasileira e da proclamação da República, a não ser quando isto se tornar imprescindível. Em geral, refiro-me a estes fatos de forma esquemática, limitando-me a apontar certas diretrizes e questões relevantes para uma análise futura.

(20) José Maria Bello, *História da República*. Sexta edição. São Paulo, Nacional, 1972, pp. 20-21.

ministrativos. Ao contrário, nas repúblicas sul-americanas o militar ocupava posição de destaque”.<sup>21</sup> Em outros termos, como bem acentua José Maria Bello aproveitando observação de Joaquim Nabuco, “a campanha do Paraguai (...) vale pelo primeiro grande contato do Brasil com o mundo além das suas fronteiras. Bem ou mal, nos focaliza no plano diplomático. Abandonávamos o velho isolamento. Começam a repercutir mais vivamente as grandes correntes intelectuais do século passado”.<sup>22</sup>

Pelos seus efeitos gerais, a guerra “tinha posto à mostra todas as debilidades orgânicas de um país que assentava sua economia sobre a exploração do trabalho humano e tinha revelado as iniquidades e o cinismo do regime, que não se pejava de retirar do cativoiro os escravos da nação para fazê-los morrer em defesa do pavilhão imperial”.<sup>23</sup>

Não menos importante, por outro lado, é o fato de que a guerra alteraria a composição social do Exército e a visão do mundo de seus elementos. Houve um afluxo de “voluntários da pátria” egressos das camadas médias da sociedade e o ingresso de libertos e escravos. Estes últimos, “depois de carregar o fardo do trabalho, carregariam o fardo da guerra. Mas voltariam ao país com novo espírito, com capacidade muito mais ampla de analisar a sociedade escravista brasileira”, o que talvez possa ser também generalizado para parte da oficialidade. “Que, com essa composição, e relegado a posição secundária, logo depois da guerra com o Paraguai, o Exército se inclinasse a participar das alterações que se esboçavam, não é de espantar. E os precursores do regime republicano, depois de 1870, quando lançam seu manifesto, insistem sempre no aliciamento dos militares”.<sup>24</sup> O Exército passava, assim, a ser o alvo das atenções dos políticos brasileiros, e sua espada cada vez mais a espada de Dâmocles.

Por fim, após a guerra, as forças armadas tendem lentamente a tornar-se *organizações complexas*. Este fato, além de fazer com que o Exército passasse a ter nova autoridade, aceleraria o aperfeiçoamento da educação militar. Em 1874, é criada a *Escola Militar da Praia Vermelha*, que grande papel teria como centro formador de bacharéis-militares e na divulgação de novas idéias, principalmente do positivismo. Para essa Escola afluirão os jovens das camadas médias, que “não desfrutavam condições econômicas que lhes permitissem enfrentar os dispendiosos estudos através dos quais se aparelhavam as elites provenientes da abastada burguesia rural”.<sup>25</sup>

(21) José Ribeiro Junior, “O Brasil monárquico em face das repúblicas americanas”, in *Brasil em Perspectiva*, org. Carlos Guilherme Mota. Terceira edição. São Paulo, Difusão Européia do Livro, p. 159.

(22) José Maria Bello, *ob. cit.*, p. 8.

(23) Samuel Guimarães da Costa, *ob. cit.*, p. 224.

(24) Nelson Werneck Sodré, *História Militar do Brasil*, *ob. cit.*, p. 144.

(25) Umberto Peregrino, *História e Projeção das Instituições Culturais do Exército*, Rio, José Olympio, 1967, p. 16.

A constituição do Exército como organização complexa, além disso, implicou aos poucos a tomada de consciência, por parte dos militares, da necessidade de impulsionar a industrialização e o desenvolvimento tecnológico do país — elementos básicos para a modernização e o aparelhamento das forças armadas. A fraca e retardatária industrialização brasileira (reflexo do nosso “capitalismo tardio” e do “caminho prussiano” que segue o progresso social no Brasil) dificultava este aparelhamento e impelia os militares à luta por sua superação; com isso, estavam dadas as condições para o “progressismo” de setores militares no fim do Império, para a passagem de parcelas das forças armadas para a oposição aos interesses mais reacionários, defensores da arcaica estrutura social brasileira. Como afirma Nelson Werneck Sodré:

“Começa, subrepticamente, a repontar, na consciência dos militares de terra e do mar, porque as relações objetivas são, nisso, de clareza meridiana, a necessidade de impulsionar a indústria, de abandonar o estágio agrário exportador, a ligação entre indústria pesada e armamento e, conseqüentemente, entre país desenvolvido industrialmente e forças armadas organizadas e eficientes”.<sup>26</sup>

6. Em linhas gerais, o lento e irregular desenvolvimento capitalista da segunda metade do século XIX significa, de um lado, a extensão de atividades econômicas e relações sociais essencialmente capitalistas; isso se faz sentir em algumas áreas da cafeicultura (SP), no incremento de atividades ligadas ao mercado interno, com uma intensificação da vida comercial e urbana, no crescimento das pressões favoráveis à generalização do assalariamento (mercantilização da força de trabalho etc.). Caio Prado Júnior referiu-se a essas transformações como “o momento de maior transformação econômica na história brasileira”, no qual “expandem-se então largamente as forças produtivas brasileiras” e “remodela-se a vida material do Brasil”.<sup>27</sup>

De outro lado, significa ao mesmo tempo a alteração das aspirações dos grupos sociais em ascensão (ou seja, aqueles cujo poderio econômico começava a se destacar), que passariam, então, a reivindicar maior participação no poder e novas formas de regime. Esses grupos representavam os setores mais dinâmicos da economia, onde o surto de desenvolvimento mais se fazia sentir. Neste sentido, pode-se falar numa maior presença política da burguesia cafeeira (e também da urbana) e das camadas médias.

7. Fala-se muito nas camadas médias e no seu papel político nas transformações que ocorrem no Brasil. Com relação à República, é comum tanto a identificação mecânica e imediata do novo regime com as aspirações destas camadas, como a rejeição pura e simples de qualquer relação; o mesmo pode ser dito no que se refere ao Exército, cuja atuação ora é vista como manifestação do peso

(26) Nelson Werneck Sodré, *História Militar do Brasil*, ob. cit., p. 142.

(27) Caio Prado Júnior, *História Econômica do Brasil*. Décima-quarta edição, São Paulo, Brasiliense, 1971, p. 192.

dessas camadas, ora como nada tendo a ver com a estrutura de classes.<sup>28</sup> Sem querer ir ao fundo do problema, acredito ser possível esclarecer o seguinte:

a) das camadas médias fazem parte, na época considerada, pequenos comerciantes ligados ao mercado interno, funcionários e intelectuais, militares e profissionais liberais. Trata-se de um aglomerado de indivíduos sem coesão e com díspares interesses, mas que se identificam, *objetivamente*, ao menos num ponto: todos são indivíduos livres, não proprietários, que têm função reduzida na estrutura da produção. Ocupam, na estrutura de classes, lugar distinto dos grupos dominantes;

b) devido ao processo histórico de constituição das classes no Brasil, essas camadas identificam-se politicamente, ao menos no período estudado, com os setores mais dinâmicos da burguesia em ascensão. Isto pelo fato de o crescimento dessas camadas fazer parte, de forma subordinada, do mesmo processo que projeta os referidos setores burgueses;

c) essas camadas expandem-se e passam a ter peso político em consequência da ampliação de suas funções econômicas e administrativas (expansão do mercado interno, complexificação administrativa, fortalecimento do Exército etc.). Por isso, identificam-se ideologicamente com os grupos dominantes que esposam ideais reformistas e aspiram superar os obstáculos jurídicos, políticos e administrativos que travavam a continuidade de sua expansão. Daí a descentralização e a autonomia provincial, por exemplo, que interessavam a esses grupos, passarem a ser interesse de *todos* os republicanos. Apesar das óbvias discrepâncias de idéias e dos antagonismos, esses grupos e aquelas camadas estavam unidos pela *mesma inspiração republicana*;

d) neste sentido, é até certo ponto irrelevante a “polêmica” em torno da questão das relações do Exército (e também da República) com as camadas médias, pequeno-burgueses. O materialismo histórico-dialético já consolidou a idéia de que a essência dos processos históricos (e *ipso facto* de sua interpretação) deve ser buscada no estudo das classes, das lutas e contradições de classe; assim, os grupos profissionais (no caso, os militares) estão também inseridos em classes específicas e é nesta inserção que devem (e podem) ser compreendidos (ver citação de Gramsci em epígrafe). No caso da República, basta lembrar que a ciência da história também já mostrou com suficiente abundância que os fenômenos históricos estão sempre relacionados com as lutas de classe da época determinada (importando menos, como sempre acentuaram os clássicos, chegar-se a uma referência direta e imediata a uma dada classe). É suficiente, aqui, que se leve na justa medida a célebre passagem de *A Ideologia Alemã* onde se afirma que “todas as lutas no interior do Estado, a luta entre democracia, aristocracia e mo-

(28) Uma recente demonstração do estado em que se encontra esta (falsa) polêmica, e ao mesmo tempo da dificuldade de superá-la, pode ser achada em Maria Cecília Spina Forjaz, *Tenentismo e Política*, Rio, Paz e Terra, 1977. Ver também as esclarecedoras colocações de Nelson Werneck Sodré em “O Tenentismo Acabou”, in *Cadernos de Debate* n.º 1, São Paulo, Brasiliense, 1976; neste volume há um bom exemplo de interpretação diversa em Décio Marques de Saes, “Os Tenentes Divididos”.

narquia, a luta pelo direito de voto etc., são apenas as formas ilusórias nas quais se desenrolam as lutas reais entre as diferentes classes”.

Assim, o mais importante é perceber a atuação do Exército e a República como fenômenos que refletem o quadro econômico-social geral (e portanto as lutas de classe) da segunda metade do século XIX no Brasil. É lógico que as camadas pequeno-burguesas têm presença e papel político, ao lado da burguesia em ascensão. Estão, melhor dizendo, intimamente ligadas à ascensão dos setores burgueses mais dinâmicos e, neste sentido, mais progressistas. Apesar de não terem interesses autônomos e um projeto político próprio, definido e coerente, essas camadas atuam e pesam na balança: formam uma espécie de “vanguarda combativa” da burguesia em ascensão; enquanto pequena-burguesia, “não só esposa o projeto político da burguesia, como se torna aquela fração combativa, que realmente vai para a arena política e trava os combates. É sob essa base que a burguesia avança”.<sup>29</sup>

8. A República decorre de uma ruptura no interior das classes dominantes, provocada pelas transformações econômico-sociais da segunda metade do século XIX — ruptura que indica, por sua vez, a emergência das classes propriamente capitalistas (a burguesia e, de forma ainda mais incipiente, o proletariado). Assim, a República aparece fundamentalmente como um “arranjo político” forçado pelo desenvolvimento capitalista. A alteração, no entanto, não transcende a mera mudança de regime político. Os grupos burgueses, com apoio de setores significativos das camadas médias, visavam a participação no poder, mas não uma alteração na posição das classes. Esses grupos, inclusive os “industrialistas”, logo se recompõem com o latifúndio, afastando os aliados da véspera e arrefecendo os ânimos reformistas. É o *novo* pagando seu (alto) tributo ao *velho*, a conciliação costumeira, a reafirmação da nossa “via prussiana”.<sup>30</sup>

A República reflete, por um lado, a ascensão de setores burgueses e realiza, por outro lado, parte de suas reivindicações políticas. Esta ascensão, entretanto, se faz de forma a não romper com o atraso, e na verdade compondo-se com este; daí as limitações intrínsecas ao próprio movimento: altera-se apenas o regime político, mantendo-se intactas a estrutura agrária, as relações de propriedade etc.

A expansão capitalista encontrava barreiras na centralização e na estagnação imperial. Isto aparecia na consciência dos agentes sob a forma da oposição Monarquia *versus* República, com a República significando o dinamismo que a Monar-

(29) Nelson Werneck Sodré, “O Tenentismo Acabou”, *ob. cit.*, p. 52.

(30) “Gerada a circunstância em que se consumaria a derrocada do velho regime, a classe média, representada particularmente pelo grupo militar, assumiu a direção dos acontecimentos. Mas a burguesia nascente apressou-se em compor as forças com o latifúndio para poder moldar o novo regime na conformidade com os seus interesses e os das velhas forças sociais, (...) preferindo a retomada da aliança com as forças do atraso à manutenção da aliança com as forças do avanço”. (Nelson Werneck Sodré, *Introdução à Revolução Brasileira*. Terceira edição. Rio, Civilização Brasileira, 1967, p. 202.

quia não favorecia. Mauá, por exemplo, várias vezes ergueu a voz contra as “pés-simas leis preventivas” que não criavam um clima favorável à iniciativa particular. Assim, os agentes que representavam os setores mais dinâmicos passaram a reivindicar a implantação de um regime compatível com seus interesses. Desta forma, abriu-se o campo para a propaganda republicana, não por acaso centrada no federalismo.

Muitos dos outros setores dominantes não eram propriamente “antirepublicanos”: na realidade, agarravam-se à Monarquia porque nela viam a garantia da continuidade de seu poder e de suas posições. Na medida em que os républicanos foram revelando seus verdadeiros (e limitados) propósitos e a Monarquia desagradando os latifundiários (a abolição, por exemplo), as adesões generalizaram-se. Não houve resistência ao golpe militar de 1889; não se deve esquecer, além disso, que a República foi feita principalmente por elementos que estavam na base do Estado monárquico, o que já denuncia o próprio caráter do movimento. A fórmula da conciliação “pelo alto” (isto é, que exclui a participação popular e não rompe com o “velho”) revela-se nitidamente aqui.

No entanto, a República tem um significado histórico importante. A mudança do regime permitiu uma relativa reforma do Estado, que pôde então passar a atuar de forma mais efetiva; e permitiu também a participação no poder dos setores mais dinâmicos da burguesia (agrária) brasileira, se bem que ao preço de sua capitulação posterior aos interesses retrógrados do latifúndio e da estrutura agrário-exportadora. A República não teve, entre nós, nem mesmo a aparência de uma autêntica revolução democrático-burguesa. A “via prussiana” seria mantida.<sup>31</sup>

Não tendo condições de significar uma ruptura com a “via prussiana”, a República apenas promoveu um reagrupamento das forças dominantes, com a diferença de que agora concede-se espaço para a participação dos setores burgueses dinâmicos. As esperanças de renovação democrática, tão caras a muitos “republicanos históricos” e a diversos representantes da “geração de 70”, foram decisivamente frustradas. Nem mesmo o aparecimento relativamente positivo (e por isso mesmo de curta duração) do “florianismo” alterará o quadro.<sup>32</sup>

Mas, como afirma Carlos Nelson Coutinho, “isso não significa, de nenhum modo, que o período desconheça a irrupção de fatos novos. Ao contrário: coincide com o aparecimento da República tanto o aguçamento da dependência bra-

(31) Sobre a aplicação desta perspectiva (a “via prussiana”), de origem leniniana, ao caso brasileiro, ver em especial Carlos Nelson Coutinho, “O Significado de Lima Barreto na Literatura Brasileira”, in AA. VV., *Realismo e Anti-Realismo na Literatura Brasileira*, Rio, Paz e Terra, 1974; José Chasin, *O Integralismo de Plínio Salgado*, São Paulo, 1977 (mimeo.) e Luiz Werneck Viana, *Liberalismo e Sindicato no Brasil*, Rio, Paz e Terra, 1976. Num sentido diferente, os já citados *Conciliação e Reforma no Brasil*, de José Honório Rodrigues, e *A Consciência Conservadora no Brasil*, de Paulo Mercadante, contém importantes observações.

(32) Sobre o “florianismo”, ver em especial a segunda parte de Nelson Werneck Sodré, *História Militar do Brasil*, ob. cit., principalmente os itens “Florianismo” e “O Latifúndio e o Exército”.

sileira ao imperialismo, inclusive através da indústria nascente, quanto o tumultuoso surgimento das primeiras lutas de classe entre o proletariado e a oligarquia dominante". A verdade, como bem aponta este crítico, é que o "país ingressava na era capitalista (que já atingira no plano universal a fase imperialista, a fase das guerras e revoluções em escala mundial) sem ter resolvido os impasses históricos decorrentes da 'via prussiana'. (...) Com a República, iniciava-se uma época aguda de contradições sociais tornadas evidentes; o fim do regime de trabalho escravo, com o conseqüente surgimento do proletariado, fazia ingressar um novo protagonista na história brasileira, o que, pela primeira vez, fundava a possibilidade objetiva de se encontrar uma alternativa concreta para a 'via prussiana'. A tentativa 'republicana' de prosseguir nessa via antidemocrática já não podia mais se processar no quadro de uma aparente 'estabilidade social'; as formas burocrático-ditatoriais da 'via prussiana' deveriam substituir as modalidades 'paternalistas' próprias do Segundo Império".<sup>33</sup>

9. No que se refere ao Exército, parece que a correta compreensão de seu papel deve ser feita a partir de uma análise que leve em conta:

- a) sua existência como *corporação*, fortalecida com a guerra do Paraguai;
- b) sua relação com o Estado enquanto instrumento de repressão. Esta relação é também redefinida (ou explicitada) a partir de 1870. A proximidade do Estado e o monopólio legal da força estimularam sua atuação política e deram-lhe consciência da própria força: a Coroa apoiava-se no Exército, faltando-lhe este ela estava fadada à derrocada;
- c) sua relação com as classes, sua composição social e sua relação com os grupos no governo. Sua composição aproxima-o dos setores mais dinâmicos e, em certa medida, faz com que passe a considerar os interesses destes setores como seus;
- d) a educação militar: a formação intelectual da oficialidade, o contato com o positivismo etc. Não se deve esquecer que a educação *também* pôde "uniformizar" o pensamento dos oficiais.

De 1870 a 1889, pode-se notar que os efeitos destes fatores sobre o Exército mais se fizeram sentir na medida em que dinamizaram a ação desta instituição. Assim, por exemplo, a chamada "questão militar" pode ser entendida como resultado do novo papel do Exército e, ao mesmo tempo, como elemento que contribui para este novo papel, na medida em que fortalece o "espírito de corporação".

A atuação do Exército, como principal agente do golpe de 1889, resulta, portanto, de sua existência como grupo profissional que tem um tipo específico de conexão com o Estado, tem raízes na sociedade civil (classes) e aceita a ideologia republicana graças *também* ao tipo de educação a que seus componentes estão submetidos. O exército atua como grupo político que expressa, ao mesmo tempo, interesses profissionais e interesses sociais.

Os grupos e camadas "progressistas" irão basear sua força política no Exército Nacional. Este, em contrapartida, projeta-se politicamente graças à sua

(33) Carlos Nelson Coutinho, *ob. cit.*, pp. 18-19.

evolução interna e em conjunto com o desenvolvimento e a projeção daqueles grupos e camadas – desenvolvimento este que exprime as transformações mais profundas que ocorrem na sociedade brasileira e que colocam as instituições monárquicas em xeque.

Neste sentido, a “Questão Militar” representa o rompimento final da facção mais significativa dos militares com o Império e seus defensores. Tal “questão” era política, apesar de muitos a verem como disciplinar. “Denunciava” – afirma Nelson Werneck Sodré – “no seu vulto, a gravidade da situação que o país atravessava e, nela, a deterioração das instituições. (...) Tratava-se de questão de essência: o aparelho militar não serviria mais à classe dominante escravista. Sem ele, estava ela desamparada, perdida (...)”.<sup>34</sup>

A partir daí, os acontecimentos precipitam-se. Desenvolve-se rapidamente uma certa doutrina “salvacionista” no seio do Exército, generalizando “a convicção de que uma intervenção da tropa era possível e não seria estranhada”. Como afirma Calógeras: associava-se tal convicção “a um real sentimento de solidariedade, *esprit de corps*, e ia dando lugar a que surgisse lentamente uma como que ainda indistinta tendência messiânica: o Exército, o puro, o incorrupto, tinha uma tarefa moral a cumprir, regenerar a vida pública do país (...) E o indigno invectivar recíproco entre liberais e conservadores não poupava nem a si próprios, nem o Imperador, nem o regime imperial”.<sup>35</sup>

Para isto, muito contriuu o positivismo, que fornecia uma *base moral* para a política e fundamentava filosoficamente a República. “Pela propaganda tenaz que lavrava nos institutos de ensino, militares também” – relata Calógeras – “acerca dos princípios liberais e das pesquisas filosóficas que condenavam a hereditariedade como base de governo, um *esprit frondeur* reinava entre estudantes, e, no Exército, constituía a feição geral da mentalidade nas graduações inferiores”.<sup>36</sup>

Por todos estes fatos, a situação rapidamente ficou tensa, agravando ainda mais a inquietação militar. Esta, que era um bom termômetro do estado em que se encontravam as instituições monárquicas, acabaria por desembocar no golpe de 15 de novembro. Em outras palavras, a situação, por si mesma, “era revolucionária. Dele procuraram tirar partido os republicanos, com o fito de extremar posições entre a tropa e o governo”.<sup>37</sup> Além disso, às distinções no interior dos que defendiam e apoiavam a República correspondia uma distinção no seio da tropa: a corrente “dos moços militares, imbuídos das doutrinas de Comte e que tinham Benjamim Constant como inspirador e, finalmente, a dos militares mais idosos – Deodoro é o seu símbolo – que foram até a República sem definidas

(34) Nelson Werneck Sodré, *História Militar do Brasil ob. cit.*, pp. 152-153.

(35) Pandiá Calógeras, *Formação Histórica do Brasil*. Sétima edição, São Paulo, Nacional, 1972, p. 306.

(36) *Idem*, p. 308.

(37) *Idem*, p. 309.

inclinações doutrinárias, por espírito de classe e pela intuição de que era o Império página para sempre vivida da nossa história”.<sup>38</sup>

De 1889 a 1894, período em que predominam os militares no poder, tem-se uma fase de relativa indefinição na qual, antes de mais nada, consolida-se o novo regime e superam-se as divergências entre os diversos elementos que “tinham feito” a República (o “Manifesto” do Governo Provisório, por exemplo, falava que “o povo, o Exército e a Armada Nacional, em perfeita comunhão com os nossos concidadãos residentes nas províncias, acabam de decretar a deposição da dinastia imperial e, conseqüentemente, a extinção do sistema monárquico representativo”). O episódio “florianista” merece, quanto a isso, atenção especial. Com os governos civis, a oligarquia agrária recompõe-se, os setores burgueses deixam-se cooptar e as camadas médias são isoladas. As classes dominantes podem começar, assim, a forjar as (poucas) novas instituições.

### III. *Ideologia e Ação: o positivismo e o Exército*

10. A correta compreensão da penetração e da forte aceitação que o positivismo teve no Brasil exige que se submeta à discussão ao menos dois fatores: a) sua aceitação pelo Exército e sua influência na atuação política deste; b) sua aceitação generalizada por diversos grupos da sociedade brasileira e o seu peso como base doutrinária de diversas correntes políticas no Brasil. Antônio Paim já afirmou, por exemplo, que as idéias positivistas “revelam, sem dúvida, uma persistência inusitada, não apenas no seio da elite política mas em relação à intelectualidade brasileira como um todo”. E assinalou que, apesar da existência de alguns livros dedicados ao positivismo, poucos autores — talvez em virtude da ilusão com a “força progressista” do comtismo no advento da República — conseguiram apreender o “cunho retrógrado da doutrina naquilo que é precisamente o móvel do pensamento de Comte: a reforma social”.<sup>39</sup>

Apesar de inicialmente restrito aos círculos militares e ao Apostolado, o positivismo penetrou rápida e profundamente na cultura brasileira, o que levou alguns estudiosos das idéias a apontá-lo como a principal doutrina social, política e moral do Brasil. Nesse sentido, e levando-se em conta a verdadeira face reacionária do positivismo, é óbvio que o pensamento conservador brasileiro so-

(38) José Maria Bello, *ob. cit.*, p. 24. Sobre a atuação dos militares na queda da Monarquia e principalmente nos primeiros anos da República, ver June E. Hahner, *Relações entre Cívica e Militares no Brasil (1889-1898)*, São Paulo, Pioneira, 1975, livro cujo mérito repousa numa boa disposição do material empírico e que apresenta não poucos problemas de interpretação. Num outro sentido, o “clássico” de Oliveira Viana, *O Ocaso do Império* (São Paulo, Melhoramentos, 1925), também contém interessantes observações.

(39) Antônio Paim, *História das Idéias Filosóficas no Brasil*, São Paulo, Editorial Grijalbo, 1967, p. 190 e p. 181.

freu suas influências, ao menos como inspiração doutrinária e política, já que os adeptos da linha ortodoxa da “religião da humanidade” jamais passaram de uma pequena seita.

Com relação à influência do positivismo no pensamento militar, o já mencionado Antônio Paim afirmou: “A imensa maioria dos líderes do chamado tenentismo, fenômeno da década de 20 e que culminou com a Revolução de 30, era constituída de positivistas convictos e confessos. Só neste após-guerra é que os militares abertamente comtistas passaram a escassear. Ainda assim, é difícil supor que exista na atual sociedade brasileira um grupo social onde a mentalidade positivista esteja mais arraigada que naquele constituído pela oficialidade”.<sup>40</sup>

11. A propagação do positivismo no Brasil, durante a segunda metade do século XIX, deve-se a uma série de circunstâncias históricas que, regra geral, relacionam-se com o anteriormente referido “surto de progresso material”, que passa a favorecer e a exigir a aceitação de idéias novas por parte dos grupos que se projetam socialmente. Este surto fez, como vários estudiosos ressaltaram, com que o Brasil conhecesse de perto o progresso material e um certo aumento da riqueza e do bem-estar. Em consequência, “um bando de idéias novas agita o país e dá-lhe novas diretrizes (...). O naturalismo, o positivismo e o evolucionismo começam a interessar os letrados”, provenientes, em sua maior parte, daqueles grupos.<sup>41</sup>

Estas “idéias novas” são, na verdade, uma forma de reação ao ecletismo antimaterialista que então predominava, desde os tempos da Independência, como a “ideologia da mediação” *par excellence* no Brasil. Surgido no bôjo do movimento restaurador da primeira metade do século XIX na Europa, o ecletismo (assim como, mas algo diferente, o positivismo e o evolucionismo) desenvolve-se em oposição ao espírito enciclopedista do século XVIII, rejeitando seu racionalismo, enfatizando o primado da ordem sobre o progresso, da sociedade sobre o indivíduo etc. Sem cair no radicalismo reacionário de um De Bonald ou de um De Maistre, o ecletismo espiritualista de Victor Cousin representaria a conciliação, a moderação, a prudência, a combinação das perspectivas — expressões da burguesia europeia vitoriosa. Buscaria um “equilíbrio”, uma “paz”, entre as escolas filosóficas, delas retendo o que houvesse de “verdadeiro”. No Brasil, o ecletismo encontraria terreno fértil para expansão, aparecendo quase que como uma “imposição” do real. Assim como na França correspondeu à fase de consolidação do poder burguês pós-revolucionário, no Brasil o ecletismo corresponderia à fase de consolidação do Estado Nacional posterior à independência, sendo o

(40) *Idem*, p. 186.

(41) João Cruz Costa, *Pequena História da República*. Segunda edição. Rio, Civilização Brasileira, 1972, p. 25. Com relação a isto, observou um dos principais positivistas modernos do Brasil: “Sem a abastança e o lazer de que gozava ponderável parcela de seus habitantes, não seriam possíveis as preocupações intelectuais que haveriam de conduzir, no Rio de Janeiro, ao estudo mais aprofundado do Positivismo e consequentemente, à sua maior difusão”. (Ivan Lins, *História do Positivismo no Brasil*. Segunda edição, São Paulo, Nacional, 1967, p. 244).

manancial onde o espírito brasileiro iria buscar as bases teóricas para sustentar sua ideologia. Sua adoção não seria, por isso, “artificial”, mera cópia dos postulados cousinianos, apesar da transplantação estar-lhe na base; como bem lembrou Paulo Mercadante, não refletiria uma acidental escolha no “arsenal filosófico alienígena, porém uma resposta adequada a uma realidade econômica e social”. Assim, no dizer deste mesmo autor:

“Entre nós, antes do aparecimento do ecletismo em suas raízes francesas, já boiava naturalmente no rumo dos acontecimentos aquele sentido de placabilidade, habitual à burguesia vitoriosa. O seu processo de desenvolvimento talvez se tenha fortalecido em razão do espírito de nosso emancipar político, na libertação gradual, mais conquistada por meio de compromisso do que arrancada por movimentos rebeldes”.<sup>42</sup>

No Brasil, o ecletismo espiritualista reinou absoluto durante boa parte do século XIX, passando a encontrar oposição apenas a partir do surto de desenvolvimento econômico iniciado na segunda metade do século. Mesmo assim, como lembrou Mercadante, “em plena eferescência da década de 70, citava-se e debatia-se ainda Victor Cousin”, a figura mais expressiva da Escola na França. Como bem observou Silvio Romero:

“Até 1868, o catolicismo reinante não tinha sofrido nestas plagas o mais leve abalo; a filosofia espiritualista, católica e eclética, a mais insignificante oposição; a autoridade das instituições monárquicas, o menor ataque sério por qualquer classe do povo; a instituição servil e os direitos tradicionais do feudalismo prático dos grandes proprietários, a mais direta opugnação; o romantismo, com seus doces, enganosos e encantadores cismares, a mais apagada desavença reatora. Tudo tinha adormecido à sombra do manto do príncipe feliz que havia acabado com o caudilismo nas províncias e na América do Sul e preparado a engrenagem da peça política de centralização mais coesa que já uma vez houve na história de um grande país”.<sup>43</sup>

Com as transformações provocadas pelo desenvolvimento histórico, tudo vacila e o *velho* começa a ser questionado. O positivismo emergiria e cresceria em oposição cerrada ao ecletismo. Como bem advertiu Paulo Mercadante, “os ataques no sentido cousiano que precederam à República, desferidos desde a década de 70, contribuíram para a formação de duas novas tendências: o positivo (sic) e o evolucionismo. Inspirado em Comte e em Littré, refugiava-se o primeiro nas escolas militares e politécnicas. O último entre intelectuais, médicos e ba-

(42) Paulo Mercadante, *ob. cit.*, p. 105.

(43) Silvio Romero, “Explicações Indispensáveis”, Introdução a *Vários Escritos*, de Tobias Barreto, 1900, *Apud* Mercadante, *ob. cit.*, pp. 230-231. O mesmo Silvio Romero, na citada obra, seria o autor de famosa constatação frente às mudanças aludidas: “Na política é um mundo que vacila. Nas regiões do pensamento teórico o travamento da peleja foi ainda mais formidável porque o atraso era horroroso. Um bando de idéias novas esvoaçou sobre nós de todos os pontos do horizonte”... (*Apud* Nelson W. Sodré, *História da Literatura Brasileira, ob. cit.*, p. 344.

charéis. Nele desembocam também as idéias haeckelianas, mecanicistas e neokantianas da primeira fase”.<sup>44</sup>

12. A adesão de parte das “elites intelectuais” ao positivismo deu-se, de modo geral, como forma de *reação* ao estado de coisas então reinante. É Cruz Costa quem afirma: “Alguns dos que irão aderir ao movimento são homens desiludidos do ecletismo espiritualista que se ensinava entre nós e que se confundia com uma retórica palavrosa e inútil (...). Outros, talvez, encontravam na religião da humanidade, no comtismo ortodoxo, que derivava do progresso da inteligência, uma ordem moral que continuaria ligada aos valores tradicionais, agora apenas transformados, ou mais exatamente, afeiçoados aos interesses de uma classe que fizera um passo na evolução social”.<sup>45</sup>

A penetração do positivismo e da propaganda republicana se fez principalmente através das escolas superiores, sobretudo da Escola Militar, onde a doutrina conquistara sólidas adesões a partir da pregação de Benjamin Constant. Não se pode menosprezar o fato de que estas adesões contribuíram para que a juventude militar participasse decisivamente do advento da República.

Nessa Escola, desenvolveu-se uma corrente distinta do positivismo ortodoxo professado por Teixeira Mendes e Miguel Lemos no Apostolado. E foi exatamente o fato de ser o positivismo dos militares atenuado ou assimilado apenas como maneira intelectual que permitiu e impulsionou a atuação “revolucionária” do Exército. Isto porque o Apostolado visava principalmente preservar a doutrina do “Mestre” em sua pureza original, o que implicava os seguintes pontos: a) era contrário a qualquer movimento ou ação de caráter “violento”, confiando no progresso inexorável da humanidade. Teixeira Mendes diria, em 1892: “fomos alheios ao levante; não o aconselhamos e nem o aconselharíamos, se houvéssimos sido previamente consultados”. Os chefes do Apostolado defendiam não “uma admirável revolução militar”, mas sim “uma surpreendente evolução pacífica, pela transformação voluntária da ditadura imperial em ditadura republicana, sob a pressão de uma forte opinião pública”;<sup>46</sup> b) tinha uma concepção própria da *política*, ou seja, pregava que a ação política deveria se sujeitar às restrições impostas pelas “leis naturais”. O Apostolado não tinha, segundo seus chefes, finalidades políticas: Miguel Lemos e Teixeira Mendes haviam abandonado as atividades que não se limitassem à divulgação do evangelho positivista. “Chamavam aos republicanos de demagogos, revolucionários, tendo tido polêmicas acesas com Quintino Bocaiuva”;<sup>47</sup> c) não aceitava com facilidade a transformação das instituições econômicas e políticas, pois a fonte das desgraças sociais estava nas idéias e nos costumes, e não nas instituições, devendo ser a reforma, portanto, essencialmente moral.

(44) Paulo Mercadante, *ob. cit.*, p. 9.

(45) João Cruz Costa, *Contribuição à História das Idéias no Brasil*. Segunda Edição, Rio, Civilização Brasileira, 1967, pp. 128-129.

(46) Raimundo Teixeira Mendes, *Benjamin Constant*, Rio, 1913, p. 361.

(47) João Camilo de O. Torres, *O positivismo no Brasil*, Rio, Vozes, 1943, p. 100.

O positivismo que Benjamin Constant divulgava na Escola Militar encaminhava-se em outro sentido, e logo mostrou-se incompatível com o Apostolado. Como diz Cruz Costa: “Fiéis e respeitadores de toda a autoridade constituída, segundo os conselhos do Mestre, os positivistas ortodoxos brasileiros pouco fizeram para o advento da República democrática, julgada por eles como uma *triste imitação do empirismo francês*”<sup>48</sup>

Na Escola Militar e nos debates do Clube Militar, o positivismo permitiu que a jovem oficialidade “assumisse” uma atuação política e se insubordinasse ao cumprimento passivo do dever militar. Em outras palavras, esta doutrina e sua influência na educação militar estimularam o que Eduardo Prado chamaria de “furor politicante, discursante e manifestante” do Exército.

13. No advento da República, o positivismo não tem *papel causal*, como pretende por exemplo João Camilo de Oliveira Torres (*ob. cit.*, cap. VII). Mas sua presença e contribuição não podem ser negadas, na medida em que, por um lado, foi a “única doutrina que teve influência e deu uma certa unidade aos anseios republicanos”<sup>49</sup> e, por outro lado, incentivou a atuação do Exército, o que, sem dúvida, é importante, pois o Exército foi o principal “agente” republicano. (De forma caricatural e exagerada, mas nem por isso desprezível, Eduardo Prado, monarquista convicto, afirmava que “a anarquia não é popular, a revolta não saiu da população. Os revolucionários foram uns trezentos oficiais do Exército e da armada; os anarquistas foram os generais e coronéis”<sup>50</sup>).

A história da influência positivista no Brasil parece estar sustentada por dois paradoxos: o positivismo é “pacifista” (antimilitarista), mas foi aceito principalmente por militares; e é essencialmente conservador, mas serviu de doutrina e inspiração para um movimento até certo ponto “progressista”, que preferiu desrespeitar a implacabilidade das “leis naturais” de evolução apreçoada por Comte. Considerando-se isso, o positivismo contribuiu para levar o Exército a insubordinação na medida em que:

a) fornecia uma sustentação “filosófica” à República, pregando a “ditadura republicana” e a “era pacífica-industrial” como *fins necessários* do progresso da humanidade. A República era uma forma superior de governo e a Monarquia (hereditária, não racional) inferior etc.;

b) como filosofia, tinha uma doutrina política específica (a “Política Positiva”), capaz de levar os militares à discussão de questões fundamentais da época, estimulando o abandono do “profissionalismo” puro e simples. Já foi aqui salientada a apreensão que este “novo” exército causava aos políticos monarquistas. Eduardo Prado, típico representante destes, afirmava em 1890: “O oficial novo é de um tipo bem diferente do antigo (...). O oficial novo, no Brasil, ouviu nas escolas maior número de professores. Esses professores, ou são bacharéis discursadores, ou são militares de livro francês, filosofantes do positivismo,

(48) João Cruz Costa, *Pequena História da República*, *ob. cit.*, p. 33.

(49) *Idem*, p. 30.

(50) Eduardo Prado, *Fastos da Ditadura Militar no Brasil*. Terceira edição, 1900, p. 52.

desses que para a exposição desta escola tiveram a habilidade de criar no Brasil uma retórica especial”; para, mais adiante, acrescentar: “O governo monárquico cometeu um erro imenso, deixando ao ensino militar o seu caráter exclusivamente teórico. O sr. D. Pedro II, tão ocupado das ciências, não fez senão abacharelar o oficial do Exército, que agora naturalmente revela um tão pronunciado furor politicante, discursante e manifestante”.<sup>51</sup>

c) facilitava a aceitação da idéia de “mudança” e até mesmo de “rebelião” — aceitação esta importante, já que os militares traziam consigo a pesada tradição de meio século de legalidade — *na medida em que acomodava o progresso com a ordem*. Nas palavras de Nelson Werneck Sodré, “o positivismo, permitindo-lhes acomodar os anseios libertários com todo um conjunto de valores éticos ligados ao passado, e como tais consagrados, foi um dos veículos propícios” para a atitude de rebelião.<sup>52</sup>

14. Em conclusão, um item programático: a análise da atuação do Exército no período aqui referido e mesmo em toda a vida republicana do Brasil, como corporação e como grupo político, só será alcançada com o estudo da superestrutura jurídico-política e ideológica brasileira. Ainda que existam significativas obras sobre o assunto (principalmente algumas de caráter geral), não se alcançou a apreensão crítica do real significado das manifestações ideológicas dos homens e governos dos períodos monárquico e republicano. Isto é verdade especialmente no que diz respeito ao pensamento político de tendências conservadoras (aqui já se pode falar em exceções: hoje há grande interesse por pensadores como Oliveira Vianna, Plínio Salgado etc.<sup>53</sup>) e, também, à influência do positivismo no Exército e na cultura brasileira e à formação do pensamento político militar.

O estudo da formação e da atuação do Exército como grupo político no Brasil implica, portanto, a compreensão dos fatores que fizeram desta instituição uma das grandes forças politicamente organizadas da nação, o entendimento crítico dos interesses existentes em seu interior, da formação intelectual do militar brasileiro e da evolução da ideologia militar no Brasil.

---

(51) *Idem*, p. 63 e p. 66.

(52) Nelson Werneck Sodré, *História Militar do Brasil*, *ob. cit.*, p. 161. No mesmo sentido, Luis Washington Vita afirma que graças ao positivismo “foi possível também uma reforma institucional sem graves vicissitudes, já que seus adeptos só podiam admitir o progresso dentro da ordem” (*Alberto Sales, Ideólogo da República*, São Paulo, Nacional, 1965, p. 61).

(53) Por exemplo: José Chasin, *O Integralismo de Plínio Salgado*, *ob. cit.*, e Evaldo Amaro Vieira, *Oliveira Vianna e o Estado Corporativo*, São Paulo, Grijalbo, 1976. Evidentemente, a menção a estes dois estudos não implica em negar a existência de outras investigações.